

Uma Europa que não se feche sobre si mesma

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS*

Quando vivemos tantas incertezas e hesitações sobre o futuro da Europa, importa que não nos encerremos nos nossos egoísmos e nos limites das nossas fronteiras continentais. Por muito que os nossos próprios problemas sejam essenciais, o certo é que a sua resolução também passa pela capacidade de abertura e de diálogo de que dermos provas. A Europa não pode ser vista como um espaço limitado de países ou de instituições, já que as questões da Comunidade Europeia correspondem apenas a um capítulo da problemática do velho continente, e muito menos pode ser encarada como uma fortaleza inexpugnável e paternalista. Olhe-se, por exemplo, a necessidade de dar mais atenção ao Atlântico e às relações com a América Latina. Não se trata, porém, de propor uma alternativa ao fortalecimento dos elos europeus e ao progresso da União Europeia, mas sim de dar corpo a um espírito de abertura, sem o qual a construção da Comunidade Europeia tenderá a empobrecer e a declinar.

Tem havido várias tentativas para chamar a atenção para a importância das relações entre a Europa e a América Latina, mas poucas têm sido as respostas adequadas. Há demasiada preocupação com os problemas imediatos suscitados no pós-1989 na Europa central e do leste para que o tema possa entrar na ordem do dia. Mas não tardará o momento em que a tendência terá de sofrer uma inversão – na linha, aliás, de preocupações suscitadas nos anos setenta por um europeu tão lúcido e coerente quanto o foi Willy Brandt.

Mas, a primeira cautela que temos de ter quando abordamos o tema das relações entre a Europa e a América Latina liga-se com os fantasmas que urge afastar. E quais são eles? A tentação eurocêntrica, a ilusão homogeneizadora, o utilitarismo e o desconhecimento das

* Deputado.

razões históricas. E se há questões em que este cuidado merece especial referência, elas são as do diálogo cultural, da cooperação democrática e dos direitos humanos.

A Europa tem uma tradição liberal-democrática que se foi consolidando nos últimos dois séculos (com base nas tradições greco-latina e judaico-cristã), que, de modo natural, foi continuada na América Latina – em termos de intercâmbio e interfluência. O caso brasileiro é nítido para ilustrar essa tendência interactiva: a solução liberal impôs-se em Portugal no ano de 1834, sob o impulso do próprio fundador do império brasileiro independente – do mesmo modo que, pouco mais de cinquenta anos depois, a República brasileira (implantada em 1889) se mostrou influente no curso dos acontecimentos do final da monarquia constitucional portuguesa. E importa não esquecer que José San Martín e Simón Bolívar têm de se considerar como lutadores pela consagração do modelo liberal de raiz europeia, este último com a curiosidade de pretender, pela primeira vez, erigir o que designava precursoramente como «Estado Social». Além disso, a linha emancipadora de António Vieira ou de Bartolomeu de las Casas tem o seu curso próprio e um enraizamento muito nítido na evolução da América Latina, até aos nossos dias. O que notamos, afinal, do outro lado do Atlântico, é o que Fernando Morán designa como a obra de «fazer a Europa fora da Europa». E essa tarefa é muito evidente quando nos debruçamos sobre a prática liberal-democrática na América Latina – apesar de todas as vicissitudes e de todas as dúvidas e hesitações. Todavia, são vicissitudes, dúvidas, hesitações e atropelos bem sentidos na Europa, mais concretamente em Portugal e Espanha, no século XIX e princípio do século XX, altura em que os pronunciamentos militares alternavam ciclicamente com as soluções eleitorais e a circulação partidária – mais ou menos rotativista (a Regeneração portuguesa, o «pactismo» de Cánovas e Sagasta). E não há, afinal, crítica europeia no *Tirano Banderas* de Ramón Valle-Inclán... ?

Hoje estamos cada vez mais cientes de que falar da América Latina (ou da Ibero-América, como preferem *nuestros hermanos*) não é falar de uma região do mundo para a qual há que levar as nossas receitas de democracia ou na qual tem de se fazer a pedagogia da universalidade dos direitos humanos. Há uma matriz comum que tem a sua realização própria nos países da América Latina, com sensibilidades e evoluções diferenciadas, com problemas sociais específicos – o que dá particular ênfase às três gerações de direitos, desde os políticos e de participação aos resultantes dos novos desafios contemporâneos (do desenvolvimento ao meio ambiente), passando pelos direitos económicos e sociais. Se é certo que a universalidade dos direitos fundamentais não pode ser confundida com

exportação de modelos, a verdade é que para a América Latina isso ainda é mais evidente, uma vez que estamos perante uma vivência democrática plural, com raízes comuns às europeias, muitas vezes surgidas contemporaneamente, que importa ter em consideração. Assim, a reflexão dos latino-americanos e a sua experiência são fundamentais para nós europeus, no que toca à renovação das ideias e dos projectos democráticos. Lembremos as reflexões do malogrado José Guilherme Merquior ou as de Celso Lafer, de Octávio Paz, de Ernesto Sábato e de tantos outros.

Daí que o fantasma eurocêntrico tenha de ser afastado por não ter sentido e por corresponder a uma visão deturpada e falseada do que é a realidade latino-americana. Há experiências de um lado e do outro do Atlântico que têm de se aperfeiçoar num diálogo mútuo – no qual devem participar activamente instituições como o Conselho da Europa, a Organização dos Estados Americanos, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, em ligação mais estreita entre si.

No Centro Europeu de Cultura de Genebra teve lugar um interessante debate sobre a literatura e a perspectiva dos vencidos no encontro ou choque de culturas proporcionado pelo evento colombino de 1492. Tanto quanto é possível apurar, com os esparsos elementos disponíveis, encontramos ao longo do tempo reacções muito diversas: desde a violência impositiva à divinização dos símbolos dos conquistadores (como no caso espantoso da lenda de Quetzalcoatl, que levou à receptividade de Moctezuma e à incompreensão do seu povo pela sua atitude), passando pela absorção gradual ou pela estratégia da persuasão. O que encontramos basicamente é intercâmbio e diálogo de culturas bem nítido no contributo próprio, por exemplo, de um Garcilaso.

Esta diversidade de encontros e desencontros é responsável por uma evolução riquíssima dominada por sentimentos contraditórios, de harmonização e de resistência, de aproximação e de afastamento – responsáveis não só por uma fase de encerramento ao exterior («a América para os americanos» de Monroe), mas também por uma inevitável e paulatina ligação de destinos entre a Europa e as Américas, bem patente na solidariedade atlântica nos dois conflitos mundiais do nosso século... As Américas, e aqui falamos de todo o continente e não só da componente latina, são uma extensão cultural da Europa, por força das migrações e do enriquecimento mútuo resultante do encontro com as culturas pré-existentes. Essa extensão cultural tomou vida própria, identidade específica e visão autónoma dos acontecimentos, fortalecida pela distância e pela necessidade de contrariar o domínio e a dependência – como garantia de emancipação. Foi o próprio

inconformismo da cultura europeia que aí se manifestou – próprio de uma «Europa fora da Europa», sem que a «Europa-que-está-fora» se quisesse confundir com a «terra-mãe».

Em 1992, quinhentos anos depois da viagem de Colombo, em pleno mundo multipolar, acabada a guerra fria e a dualidade das superpotências, há que olhar a América Latina, na sua relação com a Europa, a uma nova luz. Antes do mais, temos de constatar, e compreender melhor tal facto, que não estamos perante uma realidade homogénea ou perante uma coutada disputada por superpotências – há vários alinhamentos e diversas afinidades electivas. Há o poder de atracção dos Estados Unidos sobre a América Central – bem nítido na criação recente da NAFTA. Há a lógica do Pacífico e dos elos económicos com a Ásia, com peso significativo na costa ocidental. Mas há ainda o Mercosul (ligando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) que ganha, dia a dia, maior influência e peso negocial, designadamente perante a Comunidade Europeia. Essa diversidade tem repercussões nos domínios institucional e político, bem como na evolução democrática – o que não pode ser visto desligadamente dos modelos e dos processos de desenvolvimento. A década de oitenta correspondeu ao avanço da democracia e, simultaneamente, ao recuo do desenvolvimento na América Latina – mediante o peso infernal da estagnação, da dívida e da inflação. Todavia, como afirmou Fernando Henrique Cardoso, há algum tempo que a América Latina chegou a uma situação paradoxal: «para crescer economicamente, os países precisam primeiro de condições políticas, com um Estado melhor organizado, não clientelar e capaz de ter um compromisso social». Assim, o desenvolvimento que proporcionará melhores condições de vida internas não pode continuar a ser encarado como no passado, isto é, orientado para dentro. Deverá virar-se para o mercado interno e para a competição internacional. Mas, para atingir esse patamar, torna-se indispensável uma política determinada na ordem internacional.

O que está em causa é a necessidade de melhor organização dos Estados, mas também das sociedades civis, ao lado de uma melhor capacitação científica, tecnológica ou educativa e de uma melhor redistribuição de rendimentos, em nome da igualdade de oportunidades – baseada no respeito dos direitos humanos e na articulação entre liberdades e justiça social. Trata-se, pois, de ligar democracia e equidade, competitividade e regulação, desenvolvimento e equilíbrio ecológico. Nesta linha de pensamento, a década de oitenta pode não ter sido perdida, uma vez que a vitória da democracia abriu novas perspectivas de desenvolvimento, que têm de ser aproveitadas.

A cooperação democrática deve, assim, basear-se nas relações de igualdade entre um lado e o outro do Atlântico (*mare nostrum*). E o certo é que Estados, sociedade civil, criadores

culturais e agentes económicos são essenciais nesta tarefa comum. Há uma lógica de interesse mútuo que tem de ser desenvolvida. Na América Latina, trata-se de privilegiar a batalha da organização, da consolidação democrática e do desenvolvimento, enquanto na Europa o reforço da vertente sul é indispensável ao equilíbrio continental.

Há, pois, que aproveitar ao máximo o intercâmbio e a complementaridade de experiências políticas, culturais ou económicas, já que a batalha do desenvolvimento social e cultural está intimamente ligada à batalha da democracia e dos direitos fundamentais. É uma ideia moderna de democracia que deve ser realçada e que se vai enriquecer com esta experiência de abertura e de diálogo. Como tem salientado Celso Lafer, trata-se de realçar «o valor da pessoa humana enquanto conquista histórico-axiológica» que encontra a sua «expressão jurídica nos direitos fundamentais do homem».

Nesta ordem de ideias, assume especial importância o fortalecimento e a consolidação dos mecanismos de legitimação do poder político característicos do Estado de direito – ligados à melhor organização social e institucional, mas também à tolerância, ao respeito mútuo, ao realismo e à generosidade. E o caminho percorrido pela América Latina, ao lado da Europa e também da América do Norte, constitui um capital que vai produzindo resultados positivos. É uma ideia renovada e aberta de democracia que está em causa, num tempo em que faliram os modelos deterministas e a lógica da determinação dos modelos e do fim da história. Afinal, a influência maior da ilusão determinista e dos modelos terminais de emancipação coincidiu com o recuo quanto ao desenvolvimento porque o voluntarismo prevaleceu sobre o gradualismo e a ilusão sobre a organização. Mas há ainda a necessária articulação entre as noções de liberdade-justiça e desenvolvimento, adaptadas à sociedade complexa contemporânea e baseadas na diversidade de critérios na redistribuição de recursos (desde as mercadorias aos bens de cidadania, à educação e à formação).

Exigem-se novas perspectivas de solidariedade – não já do Estado produtor, mas de um Estado regulador e catalisador, capaz de favorecer melhor organização social, melhor educação e formação, melhor distribuição de recursos e rendimentos, respeito mútuo e equidade. Há que compreender os fenómenos de injustiça, marginalização e desigualdade e que pôr em prática as formas de os superar, através da promoção do desenvolvimento, tendo em consideração as condições concretas da sociedade e da economia. A evolução demográfica, o fenómeno de concentração urbana, a influência crescente das periferias físicas e humanas, as desigualdades, as clandestinidades, as economias paralelas, o

narcotráfico, as migrações – nenhum destes temas é estranho aos direitos fundamentais, nas três gerações. Há, por isso, um esforço comum que tem de ser levado a cabo no sentido da dignidade humana e do desenvolvimento.

A visão democrática exige, assim, uma cooperação aberta entre espaços político-económicos – nos quais há interesses divergentes e complementares. Há, pois, que proceder a um rigoroso levantamento dos interesses comuns e dos interesses próprios e conflituais. Sem a alavanca dos interesses comuns e sem a listagem das acções comuns ou da convergência de interesses não há cooperação possível. Daí que haja um longo caminho a percorrer quanto à melhoria na comunicação entre Europa e América Latina. Temos de nos conhecer melhor, para que a aproximação seja profícua e tanto quanto possível isenta de equívocos e de tentações retóricas.

Todos os encontros entre povos e culturas envolvem dificuldades próprias. Para responder àqueles que evocam o perigo do modelo da fortaleza europeia ou as tentações eurocêntricas e homogeneizadoras, há que contrapor o modelo gradualista baseado em mais e melhor comunicação e informação mútuas e no levantamento dos interesses comuns e das acções comuns viáveis.

Na relação entre Portugal e a Espanha, Unamuno pugnou pelo fim dos equívocos e por um diálogo cultural sem complexos, de igual para igual. Oliveira Martins fizera o mesmo na sua *História da Civilização Ibérica*. Nesta linha há que estender esse mesmo espírito às relações euro-latino-americanas. Mas não alimentemos a ilusão de que poderemos operar o milagre de interessar de um dia para o outro os europeus nas questões latino-americanas. Só com persistência e muito trabalho chegaremos a bom porto. Trata-se de ver com realismo, de olhar claro e de ter vontade firme – preferindo tal método ao do *Informe de Cegos*, desse grande revelador da face oculta euro-latino-americana que é Ernesto Sábato.

É tempo de passar da *retórica* à *acção*. A cooperação no que toca à democracia, aos direitos da pessoa humana, constitui um núcleo fundamental que tem uma influência decisiva nos domínios económicos, sociais, culturais e políticos. A circulação das pessoas, a definição dos direitos dos cidadãos, a multiculturalidade, o apoio a acções de reorganização institucional e política – eis os domínios que têm de ser considerados. Há um longo caminho percorrido que importa aprofundar – e daí a preocupação de achar os pontos de encontro, os interesses comuns e os espaços de acção comum. Temos de partir das raízes comuns para fazer uma *comunidade plural de destinos e valores*, que está por constituir. O diálogo multicultural está na ordem do dia. A Europa necessita de se abrir, de olhar para

fora. O pós-Maastricht na Comunidade, o pós-1989 no velho continente exigem que trilhemos novos caminhos. Cinco séculos depois de 1492 há um encontro de culturas por refazer!